

Rafael Barreto do Prado  
Universidade de São Paulo - USP  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH

## A REPRODUÇÃO DE ENUNCIADOS EM SOCIOLINGÜÍSTICA

O veredicto sobre a Gramática Tradicional foi decretado. É ponto pacífico para vários autores do meio acadêmico que a velha forma já não dá conta dos processos de produção discursiva. Um sintoma dessa ineficiência é, por exemplo, na vida cotidiana, vários meios de comunicação aceitarem determinados usos que seriam severamente punidos pela Gramática Tradicional. Até mesmo manuais de redação são editados com uma flexibilização das regras. O que dizer então do ensino da língua nas escolas: a rejeição dos alunos e o embaraço dos professores frente aos conteúdos.

Apesar da manifestação do dia-a-dia estar mais à mão e ser mais instigante do ponto de vista prático, além de ser o que importa para a grande maioria, tomaremos aqui a produção acadêmica como objeto de pesquisa. Nossa análise vai no sentido de observar a reprodução de enunciados acerca do conflito entre Gramática Tradicional (GT) e da chamada Norma Culta (NC). Por que não dizer um tríptico jogo de forças, acaso incluíamos aí as falas populares, regionais, sociais, desprestigiadas do português brasileiro.

Esta comunicação pretende, sendo assim, relatar o confronto desses textos acadêmicos. Decerto que o *corpus* é numeroso e não pretendemos dar cabo de um juízo-final, tendo em vista o curto tempo de pesquisa. Selecionamos alguns textos de grande circulação no meio acadêmico, com a ressalva de significar aqui a expressão *grande circulação* um modo ocidental de agir, ou seja, um horizonte curto. O corpus permeia mais o universo paulista e menos o nacional.

O exame inicial de dois autores (Marcos Bagno, Português ou brasileiro: um convite à pesquisa e Hildo Honório do Couto, O que é português brasileiro?) foi o catalisador de nosso empenho. Para o início foi suficiente. Vimos depois a necessidade de ampliar gradativamente a seleção.

Hoje, nos debruçamos também sobre os seguintes textos: Celso Pedro Luft, Língua e liberdade e Ataliba Teixeira de Castilho, A língua falada no ensino de português.

Durante a análise foi possível identificar três movimentos análogos nos textos, nem sempre bem delineados. O primeiro argumenta contra a GT, o segundo procura acenar para a existência de um português brasileiro baseado na fala dos brasileiros e, o terceiro, aponta uma tentativa de solucionar o conflito.

Faremos a análise tomando um autor por vez, acompanhando como a argumentação vai se desenvolvendo nos moldes apresentados acima. O primeiro é Marcos Bagno:

“Como se não bastasse seu caráter eminentemente antidemocrático, elitista (de cristal), a G.T. também tem sérios problemas internos. Suas regras, suas definições seus conceitos muitas vezes são incoerentes,

paradoxais, confusos e até contraditórios. Tudo isso faz com que ela seja um instrumento defeituoso até mesmo para explicar a língua escrita literária” (BAGNO: 2004, p.18).

“Ensinar português significa, na prática pedagógica tradicional, inculcar um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas ‘corretas’, impor uma série de pronúncias artificiais que não correspondem a nenhuma variedade lingüística real, cobrar o conhecimento (ou melhor, a memorização mecânica e estéril, a descoberta inútil) de uma nomenclatura falha e incoerente, junto com definições contraditórias e incompletas. Ao mesmo tempo, ensinar português é tentar convencer o aluno de que todas as formas de uso da língua – fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexicais – divergentes daquelas apresentadas na gramática normativa constituem erros, são ‘língua de índio’, são fala estropiada, ou simplesmente não são português”. (idem, p. 9).

Nesses trechos, Bagno critica duramente a GT, qualificando-a como elitista e antidemocrática. Nas passagens seguintes, o autor valoriza uma língua nacional, que seja mais adequada ao uso no Brasil.

“Estudar o brasileiro é dar voz à língua falada e escrita aqui, neste país chamado Brasil, 92 vezes maior que Portugal, habitado por uma população 17 vezes mais numerosa. É perceber que todas as línguas mudam, que toda língua é um grande corpo em movimento, em formação e transformação, nunca definitivamente pronto”. (idem, p.10).

“Para os lingüistas, porém, norma culta é o conjunto de usos lingüísticos dos falantes cultos de um país, de uma região ou de uma cidade. Para estabelecer esse conceito, mais científico, de norma culta, os lingüistas precisaram, antes, definir o que entendem por falante culto: indivíduo com grau de escolaridade superior completo, nascido e criado em zona urbana. (...) A língua falada por essas pessoas é que constitui, para os estudiosos brasileiros da língua, o que se pode chamar de norma culta”. (idem, p.39).

Além dessa virada de foco para o português falado, o texto abre caminho para a proposta de Bagno, ao definir o que seria a norma e o falante culto.

“(...) uma língua que merece ser estudada, descrita em detalhes e mais bem conhecida para se tornar, se for o caso, a base para o estabelecimento daquilo que se ensinará na escola”. (idem, p.40).

Então, diante do conflito, a escolha de Bagno aponta para a norma culta, aquela dos falantes cultos. É interessante notar como o autor parte de uma realidade de um país imenso territorialmente e populoso (em suas próprias palavras), para definir uma variante de posse da minoria. O que temos é a retirada do controle gramatical da elite portuguesa e a entrega à elite urbana brasileira. A coerção permaneceria, o domínio sobre a minoria, constituído historicamente, continuaria. Segundo dados do IBGE<sup>1</sup>, aproximadamente 5.485.710 pessoas maiores de 25 anos concluíram o ensino superior, equivalente a 3,2 % da população brasileira em 2000 – desse total 4.531.679 são brancos. Vale relembrar nesse momento, que Bagno qualificou a GT como elitista e antidemocrática, sua proposta não parece ser diferente.

Vejamos agora o que diz Ataliba Teixeira de Castilho em seu A língua falada no ensino de português:

“No caso particular da língua portuguesa, não se acredita mais que a função da escola deva concentrar-se apenas no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita”. (CASTILHO: 2004, p.13).

“Ver considerado na escola seu modo próprio de falar, ser sensibilizado para a aceitação da variedade lingüística que flui da boca do outro, saber escolher a variedade adequada a cada situação – estes são os ideais de formação lingüística do cidadão numa sociedade democrática”. (idem, p. 21).

“Com o tempo o aluno entenderá que para cada situação se requer uma variedade lingüística, e será assim iniciado no padrão culto, caso já não o tenha trazido de casa”. (idem, p.21).

Castilho parte também da crítica à GT, constituída de esquemas classificatórios, para chegar à aceitação da fala como forma de apresentar ao aluno um leque de possibilidades de adequação do uso da língua para cada situação. Poderíamos dizer aqui que a produção “mais caseira” (por assim dizer) ficaria restrita àquele ambiente de origem, ou seja, língua de periferia é “pra ser usada na periferia”. Aparece também no texto a expressão padrão culto, norma culta, dada como posta e tida como referência, como ponto de chegada para os alunos.

Celso Pedro Luft escreveu no livro Língua e Liberdade que muitos poderiam estranhar o fato de um professor de língua portuguesa se posicionar contra a

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

gramática, no entanto não é contra a gramática que ele escreve e sim contra a gramática normativista, a bula de regras. Vejamos os trechos selecionados:

“Dirigido contra um ensino gramaticalista da língua materna, é possível que este livrinho choque a muitos. Quanto a mim, espero que promova debates, estudos e pesquisas em busca de reformulações, por um ensino que faça o aluno desenvolver-se, não encolher-se convencido de que não sabe. Talvez assim se obtenha, lenta e laboriosamente, a formação de cidadãos lúcidos e livres. Senhores de sua linguagem” (LUFT, s/d, p. 12).

“Não só a sintaxe. A língua toda: semântica, léxico, morfologia, fonologia e fonética – tudo é questão de uso. Vale o que a comunidade dos falantes tacitamente (raro explicitamente) determina que vale. A língua é auto determinada pelos seus usuários” (idem, p.17).

“Por tanto, o livro-gramática deveria estar sempre sendo revisto e atualizado, como todo bom dicionário” (idem, p.22).

“Não há propriedade privada no mundo das palavras. Elas são de todos, propriedade pública. Mais exatamente: as palavras são do povo, soma de todas as camadas sócio-econômico-culturais”. (idem, p. 27)

“O objetivo, na escola, é ensinar (a gramática da) língua culta? Pois então, o racional, o sensato, e o inteligente, é propiciar isso mediante a exposição do aluno ao funcionamento da língua culta (...). Depois, a prática continuada desse nível de língua, falando e escrevendo, sedimentará e firmará o domínio gramatical assim intuitivamente, implicitamente assimilado”. (idem, p. 103)

Luft acredita que o ensino da língua de forma não gramaticalista pode levar o aluno a se emancipar diante da linguagem, ser capaz de dominá-la e usá-la como bem entender. Diferente dos anteriores, esse autor tende a uma radicalidade ao propor a revisão da gramática, entretanto, ao falar do ensino, admite a norma culta, como os autores já comentados. A preocupação maior de Luft se concentra no método e na concepção de uma Gramática internalizada, tal qual conceitua Chomsky.

A próxima seleta de trechos é de Hildo Honório do Couto, dos quatro, esse é o que apresenta de início a postura mais radical, superando mesmo a de Luft. Mas no fim de seu livro, sua postura agressiva se dilui e recua. Vejamos:

“Tudo isso prova que há um fosso entre aquilo que querem impor de cima para baixo como ‘português correto’ e o que o povo efetivamente usa, tanto oral como graficamente, tanto no caso das pessoas cultas quanto no das analfabetas da cidade e no dos roceiros (ou

camponeses, se preferirem). O próprio professor de português se sente perdido, pois se vê entre fogos cruzados. De um lado tem na cabeça tudo aquilo que estudou na universidade e que se espera que transmita aos seus alunos. De outro percebe que a realidade lingüística concreta é bem diferente” (COUTO: 1988, p.8).

Nessa passagem Couto marca sua posição diante da Gramática Tradicional. Tal forma já não dá conta da realidade lingüística dos brasileiros. O que justificaria de certa forma, ouvirmos as pessoas dizerem “a gente fala tudo errado mesmo!”, “o português é muito difícil”.

“O famigerado projeto NURC (Norma Urbana Culta) é altamente elitista. Só inclui a linguagem dos grandes centros, e mesmo assim só dos tradicionais. (...) Ainda bem que tal projeto nunca vai ser concluído, a julgar pela lentidão com que está sendo desenvolvido”.

“A distorção social, ou seja, o considerar a linguagem das elites como sendo a de toda a sociedade, tem uma série de conseqüências. (...) Como as classes dominantes, ou melhor, os eventuais detentores do poder normalmente não têm o menor compromisso com a comunidade, sua preocupação maior é com a manutenção do próprio poder”. (idem, p. 58-9).

Couto critica duramente a postura do projeto NURC, radicaliza seu discurso. Desvela as relações de classe no ambiente lingüístico, no entanto, sua eleição final quanto a uma norma, uma variante a ser escolhida, reproduz o discurso criticado por ele.

“No estágio atual de desenvolvimento das relações e das forças de produção brasileiras, o caminho mais viável para se estabelecer uma norma geral tendo como diretriz o princípio da coordenação seria levar em conta a linguagem usada pelas pessoas cultas do país inteiro. Com isso teríamos uma norma brasileira geral que se aproxima muito da das gramáticas (luzitanizante). No entanto, não seria idêntica por vários motivos”. (idem, p. 77).

Partindo do mesmo pressuposto de crítica à GT, os autores selecionados por nós, embora divergindo em alguns pontos, vislumbram no horizonte um novo padrão para a língua falada no Brasil, a norma dos falantes cultos.

Tentar defender a condição legítima da língua falada, lógica e coerente — como quer fazer crer a si a norma culta — soa, ainda (!), uma contradição em termos, quando não: uma “terra de ninguém na linguagem”, um “pode tudo”. Sim, porque para muitos é preciso um dono institucional, de papel passado e firma reconhecida. Querem que a língua tenha um proprietário cujo braço forte lhe imponha regras. Calam-se e cegam-se diante da inerente produção coletiva da

língua, da relação dialética (hoje) entre escrito e falado. A reflexão sobre a língua, que se produziu nos começos da modernidade, parece se esquecer do papel potencialmente inovador das variantes populares. Ao invés disso, nenhuma liberdade é permitida em matéria de língua. Alienar o falante de sua própria manifestação é reproduzir, na esfera do discurso, a alienação do trabalho na sociedade capitalista.

É necessário aqui explicitar, que tomamos como escopo teórico as disposições da Rossi-Landi, “A linguagem como trabalho e como mercado”. Podemos dizer, se buscarmos a máxima síntese, que para o autor, ambos os trabalhos, lingüístico e não-lingüístico, são realizações humanas não-naturais e, dadas as condições históricas, seus produtos revelam as características do mundo do trabalho da sociedade contemporânea. O esforço desse teórico vai no sentido de desvelar o processo de produção lingüística enquanto produção no que podemos chamar de Modernidade, ou seja, com especificidades desse tempo. Sendo assim, tal processo é condicionado pelo modo de produção capitalista, do qual derivam os meios materiais e, conseqüentemente, espirituais de universalização das idéias e ideologias.

A defesa de uma gramática em cores brasileiras, porém, embora valorize a produção de uma língua mais autêntica, é produto de uma nova minoria, se não mais a elite portuguesa, agora a elite culta brasileira. Apesar dos esforços e do imenso trabalho realizado, e da bandeira da liberdade ser constantemente erguida, ainda nos falta arriscar a fim de superar as estruturas alienantes que impõem usos por moldes definidos de cima para baixo.

## **Bibliografia**

**BAGNO, Marcos.** Português ou brasileiro; um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 4ªed.

**CASTILHO, Ataliba Teixeira de.** A língua falada no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2004. 4ªed.

**COUTO, Hildo Honório do.** O que é português brasileiro? São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

**LUFT, Celso Pedro.** Língua e liberdade. São Paulo: Editora Ática, s/d.

**ROSSI-LANDI, Ferruccio.** A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas. Tr. Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel, 1985.